

**Art. 4º** - Após efetivada a homologação do procedimento licitatório, a alienação deverá ser realizada mediante escritura pública, nos termos da Lei n. 8.666/93, devendo ser lavrada somente após a quitação integral do preço apontado no artigo 2º desta lei e sem ônus para o Município de Ponta Porã.

**Art. 5º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ponta Porã, MS, 23 de dezembro de 2013.

**Ludimar Novais Godoy**  
**Prefeito Municipal**

**LEI Nº. 4.007, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.**

*“Dispõe sobre a doação de bem imóvel de propriedade do Município de Ponta Porã-MS e dá outras providências.”*

**Autor:** Poder Executivo

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, notadamente a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica autorizado o Poder Executivo Municipal doar à Igreja Adventista do 7º Dia da cidade de Ponta Porã, área urbana de sua propriedade, determinada pelo Lote 10, da Quadra 11, medindo 12,00 x 30,00, com área total de 360m², localizado no Bairro Jardim Ivone 1ª Seção, na cidade de Ponta Porã, matriculado no sob os número 40.536.

**Art. 2º.** A área a ser doada pelo Município de Ponta Porã à Igreja Adventista do 7º Dia da cidade de Ponta Porã, destinar-se-á à construção do templo religioso da entidade.

**Art. 3º.** Para viabilizar a doação, o imóvel de propriedade do Município de Ponta Porã fica desafetado de sua destinação original.

**Art. 4º.** Deverá constar, obrigatoriamente, na escritura pública e no Registro Imobiliário que a doação é efetivada observando as seguintes condições:

I – A entidade donatária fica obrigada a destinar a área objeto da presente doação exclusivamente para execução da atividade constante no artigo 2º desta Lei.

II – O imóvel objeto desta doação não poderá, em qualquer hipótese, ser alienado ou dado em garantia a qualquer título, ficando gravado com cláusulas de inalienabilidade e de impenhorabilidade.

**Parágrafo único** – O descumprimento de qualquer obrigação relacionada na presente implicará na reversão da doação sem direito de qualquer indenização ao donatário, seja a que título for.

**Art. 5º.** Eventuais despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento em vigor.

**Parágrafo único.** As despesas decorrentes da transmissão correrão por conta da entidade donatária.

**Art. 6º.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ponta Porã, 23 de Dezembro de 2013.

**Ludimar Novais Godoy**  
**Prefeito Municipal**

**LEI N. 4.008, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.**

**“Dispõe sobre a criação da Coordenadoria Municipal de Trânsito e Transportes e da Junta Administrativa de Recursos de Infração – JARI e da outras providências.”**

**Autor: Poder Executivo**

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, notadamente a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a lei:

**Art. 1º.** Fica criada na estrutura administrativa do Município de Ponta Porã MS, vinculado à Secretaria Municipal de Segurança Pública, a Coordenadoria Municipal de Trânsito e Transportes.

**Art. 2º.** Compete a Coordenadoria Municipal de Trânsito e Transportes:

- I – cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;
- II – planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, pedestres e animais, e promover o desenvolvimento da circulação e segurança de ciclistas;
- III – implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e equipamentos de controle viário;
- IV – coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsitos e suas causas;
- V – estabelecer, em conjunto com órgão de polícia de trânsito, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito;